

RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.963 - MG (2018/0016262-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**
REPR. POR : **PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE**
ADVOGADOS : **BRUNO SILVA NAVEGA - RJ118948**
 GRACIELLE AUXILIADORA DOS SANTOS COLEN - MG140335
 KAMILA MENDES PINTO - MG135196
RECORRENTE : **TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA**
ADVOGADOS : **ALANO OTAVIANO DANTAS MEIRA - MG027970**
 JAIR JOSÉ LEMKE DE ALBUQUERQUE - MG055082
RECORRIDO : **OS MESMOS**
RECORRIDO : **GERALDA GODINHO DA SILVA**
ADVOGADOS : **MICHELINE MILLER ALMEIDA - MG120543**
 PEDRO ROBERTO DAS GRAÇAS SANTOS - MG131148

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. contra acórdão proferido pelo TJMG assim ementado (e-STJ fl. 260):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI ESPECIAL. PREVALÊNCIA SOBRE REGRA GERAL. SENTENÇA REFORMADA. O lapso prescricional para o ajuizamento de ação de indenização por passageiro em face sociedade empresária de direito privado, prestadora de serviço público de transporte, é de 05 (cinco) anos, prazo estabelecido em legislação especial que afasta a incidência de regra geral prevendo a prescrição trienal.

Os embargos de declaração opostos pela recorrente foram rejeitados (e-STJ fls. 516/525).

No recurso especial (e-STJ fls. 528/537), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alega ofensa aos arts. 206, § 3º, do CC/2002 e dissídio jurisprudencial.

Sustenta que "o prazo prescricional para a ação de reparação de danos por ato ilícito é de três anos" (e-STJ fl. 533).

Afirma que não se trata de processo contra a Fazenda Pública, mas contra empresa privada.

A recorrida Geralda apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 546/551).

O recurso não foi admitido na origem, entendendo-se pela incidência da Súmula n. 83 do STJ (e-STJ fls. 555/556).

No agravo (e-STJ fls. 567/575), afirmou a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

O agravo foi convertido em especial (e-STJ fl. 607).

É o relatório.

Decido.

O entendimento desta Corte é no sentido de que se aplica o prazo quinquenal do art. 27 do CDC a casos de reparação por dano decorrente de falha no serviço, inclusive nos casos de acidente de trânsito. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PESSOA JURÍDICA. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 27 DO CDC. SÚMULA. VIOLAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Às ações indenizatórias ajuizadas contra concessionária de serviço público de transporte aplica-se o prazo prescricional quinquenal previsto no art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

Precedentes.

3. Não cabe a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de súmula de tribunal.

4. Na hipótese, rever o entendimento do tribunal de origem quanto aos fatos que deram origem à demanda encontra o óbice da Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.794.587/MT, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 26/9/2019.)

DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS E ESTÉTICOS E REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. ACIDENTE NO INTERIOR DE ÔNIBUS. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. FATO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 27 DO CDC.

1. Ação ajuizada em 16/05/2006. Recurso especial interposto em 04/01/2013 e atribuído a esta Relatora em 25/08/2016. Julgamento: Aplicação do CPC/73.

2. O acidente ocorrido no interior de ônibus afeto ao transporte público coletivo, que venha a causar danos aos usuários, caracteriza defeito do serviço, nos termos do art. 14 do CDC, a atrair o prazo de prescrição quinquenal previsto no art. 27 do mesmo diploma legal.

3. Hipótese em que não houve o implemento da prescrição, na medida em que o acidente ocorreu em 04/09/2002 e a ação indenizatória foi ajuizada pela usuária na data de 16/05/2006.

4. Recurso especial conhecido e não provido.

(REsp 1.461.535/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 23/2/2018.)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A pretensão de reparação por danos morais decorrentes do vício de qualidade na prestação do serviço causador da insatisfação atrai a incidência do Código de Defesa do Consumidor, cujo prazo prescricional é de 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 27 do aludido diploma.

2. A conclusão do acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a aplicação da Súmula 83 do STJ à hipótese.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 152.724/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Ainda que assim não fosse, o prazo previsto no art. 1º-C da Lei n. 9.494/1997

também é quinquenal e aplicável nas relações jurídicas com prestadoras de serviços públicos. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 2. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. INEXISTÊNCIA CONSTATADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. INFIRMAR TAIS CONCLUSÕES. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Segundo entendimento do STJ, "o prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é quinquenal, consoante o disposto no art. 1º-C da Lei n. 9.494/97" (REsp n.

1.277.724/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 26/5/2015, DJe de 10/6/2015).

2. O acolhimento da tese acerca da existência de caso fortuito ou força maior exigiria rever as conclusões alcançadas pelo Tribunal de origem, o que é inviável em recurso especial, por implicar reexame das provas contidas nos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.714.766/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/8/2018, DJe 27/8/2018.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA MOVIDA CONTRA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

2. "A incidência da Súmula 83/STJ não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos reclamos fundados na alínea "a", uma vez que o termo "divergência", a que se refere a citada súmula, relaciona-se com a interpretação de norma infraconstitucional" (AgRg no AREsp 679.421/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 31/3/2016).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 468.594/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 17/11/2016.)

RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE. PRAZO PRESCRICIONAL. REVISÃO DA JURISPRUDÊNCIA. ART. 1º-C DA LEI N. 9.494/97. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E SÚMULA VINCULANTE N. 10/STF. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

1. O prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é quinquenal, consoante o disposto no art. 1º-C da Lei n. 9.494/97.

2. Entendimento consagrado a partir da aplicação da regra da especialidade do disposto no art. 97 da Constituição Federal, que prevê a cláusula de reserva de plenário, bem como da Súmula Vinculante n. 10 do STF, que vedam ao julgador negar a aplicação de norma que não foi declarada inconstitucional.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1.277.724/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/5/2015, DJe 10/6/2015.)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator